

ró-Comite

GRUPO DE TRABALHO PRÓ-COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARARANGUÁ

ATA DA ASSEMBLÉIA PARA FORMAÇÃO DO COMITÊ

Aos 21 dias do mês de novembro de 2001, às 14:00 horas, na sede do Centro de Treinamento Agrícola - CETRAR / EPAGRI em Araranguá, realizou-se 1ª Assembléia para formação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá. Presentes, os Representantes do Grupo de Trabalho Pró-comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá: Patrice Juliana Barzan (CASAN), Antonio Adilio Da Silveira (CASAN), Antonio Sérgio Soares (EPAGRI), Nadja Zim Alexandre (UNESC), Tadeu dos Santos (ONG SÓCIOS DA NATUREZA) e Jobson Martinho (AMESC); e demais entidades representativas dos municípios da AMREC e AMESC que fazem parte da Bacia do Rio Araranguá, conforme livro de presenças. A reunião foi aberta pelas palavras do coordenador do grupo de trabalho e Presidente da Ong Sócios da Natureza, Sr. Tadeu dos Santos, que parabenizou os presentes e fez um breve histórico do movimento de formação do comitê, que teve seu início em 1997, com um seminário naquele mesmo local, coordenado pela UNESC, passando por uma paralisação em 1999 e retomando suas atividades em 2000 com a coordenação da ONG Sócios da Natureza até os dias de hoje. Em seguida passou a pauta da reunião e explicou que a realização desta assembléia foi ocasionada devido à última reunião do Fórum Catarinense de Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, realizado em Florianópolis no dia 05/11/2001, onde ficou definido que só receberiam a verba destinada pelo estado, os comitês já formados. Falou sobre como seria realizada a instalação do comitê; da discussão da proposta de entidades para o compor o comitê, apresentadas pelo grupo de trabalho e da definição dos titulares e suplentes de cada entidades representativas do comitê. Após a apresentação, o Sr. Tadeu dos Santos passou a palavra para Srª. Nadja Zim Alexandre que apresentou um resumo da lei estadual 9.748 de 1994, que dispõe da política estadual de recursos hídricos. Em seguida, a Srª Patrice J. Barzan apresentou a relação sugerida pelo grupo de trabalho da composição do Comitê da Bacia do Rio Araranguá, composta da seguinte forma: 20% de órgãos governamentais com 9 entidades, 40% de usuários de águas com 18 entidades e 40% de sociedade civil com 18 entidades. Após foi aberta sessão para debates e discussão com a assembléia presente. O presidente do GIASC, Sr. Jaime Paladini solicitou que fosse elaborado e aprovado em assembléia um regimento interno, como forma de orientação para formação do comitê. O Sr. Tadeu do Santos informou que não haveria necessidade da elaboração de um regimento interno, visto que o grupo de trabalho estava seguindo orientação da Secretaria de Meio Ambiente - SDM, conforme orientação do Sr. Rui Antunes. A representante da Prefeitura

Municipal de Balneário Arroio do Silva, Sr^a. Gladis disse que a AMESC não era entidade civil e sim governamental e que não deveria representar o seu município. O representante da AMESC, Sr. Jobson respondeu que havia consultado a SDM e eles definiram que a AMESC é órgão civil. A Sr^a Patrice J. Barzan explica que, segundo a Prof^a Beate, Coordenadora do Comitê do Rio Itajaí, que todos os prefeitos devem participar do comitê por convocação, mas que devem ser representados por suas associações. Foi sugerido pelo grupo de trabalho que ao dois maiores municípios da Bacia Hidrográfica do Rio do Araranguá : Criciúma e Araranguá, representariam os demais municípios. O Presidente do CEIPAC Sr. Enilton sugeriu para que as entidades que tivessem interesse em fazer parte do comitê e pertencessem a um mesmo grupo, que se reunissem e escolhessem seus representantes. O Presidente da ADISI, Sr. Sérgio Marini pediu para que fosse acrescentado o Sindicato dos Rizicultores. Citou o exemplo de outros estados, como o Rio Grande do Sul, onde está em tramitação na Assembléia Legislativa uma lei que aprova a cobrança de R\$ 26,00 por hectare irrigado e sua preocupação com a cobrança que poderá inviabilizar a produção de arroz em nossa Bacia. A Sr^a Nadja Zim Alexandre explicou sobre a importância da representação no comitê, pois é ele que irá decidir sobre o valor a ser cobrado pelo uso da água na Bacia. O Sr. Deoclésio pediu para que a agricultura tivesse mais representatividade, não concordando com a sugestão dada pelo grupo de trabalho. O Sr. Tadeu do Santos explicou que a relação das entidades foi feita conforme a Lei Estadual de Recursos Hídricos, seguindo o percentual de representatividade da bacia. O Sr. Jaime Paladine falou sobre sua preocupação com a qualidade da água no manancial, depois de ser usada pelos rizicultores e de passar pela mineração de carvão; explicou também que a cobrança da água no estado de Santa Catarina, da qual foi citada pelo Sr. Sérgio Marini, é feita no município Joinville por um consórcio de rizicultores e não pelo comitê local. O Sr. Eng^o Luis Maurício, representante do CREA, pediu para fazer parte do comitê através da AESC - Associação dos Engenheiros e Arquitetos Sul Catarinense. O grupo de trabalho explicou que a AESC não é um órgão governamental e poderia ser incluído no comitê. A Sr. Nadja Zim Alexandre, falou sobre o DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral que está no comitê por não haver um órgão estadual para representá-lo. O Sr. Heriberto Shimidt, prefeito do município de Turvo, falou que de acordo com o art. 2º, item 1 da Resolução 003 da lei nº 9.748 de 1994, que regulamenta o percentual de representação do comitê, pediu para que os agricultores tivessem no mínimo 20% da representação das entidades usuárias da água, conforme sua interpretação pessoal. A Sra. Nadja explicou ao prefeito que a representatividade nos comitês é feita de acordo com o número de órgãos governamentais que farão parte do mesmo, representando 20% das entidades, a partir do qual se define o número de entidades usuárias e da sociedade civil. A Sra. Sandra, representante do GEAESC, pediu para que fosse criado um regimento interno com os critérios para selecionar as entidades que comporiam o comitê. O Sr. Antonio Sérgio falou à assembléia que para se fazer algum tipo de votação naquele momento deveria haver alguém que argumentasse a favor da criação do regimento interno e alguém que argumentasse contra. O Sr. Jobson citou a principal razão para que fosse criado o comitê, pois faz mais de quatro anos que o comitê está trabalhando e ainda não foi instituído, podendo ficar sem a verba que foi destinada para os Comitês. O Sr. João Paulo, membro do projeto nossa rua, pediu para que fosse enumerados alguns critérios para ver se a assembléia é a favor da criação do comitê. Sr. Tadeu propôs a votação das nove entidades governamentais. Foi colocada também em votação à indicação do professor

Paladini, para que fosse criado um regimento interno antes da composição do comitê. Por maioria absoluta, a assembléia decidiu primeiro criar o comitê para depois fazer um regimento interno. Após a apresentação de todas as entidades que comporiam o comitê, foi discutida a representação de cada entidade, uma a uma, e definida a seguinte composição:

USUÁRIOS :

- a) 1(um) Companhia Catarinenses de Águas e Saneamento – CASAN / Regional 88.Criciúma
- b) 1(um) Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE / Araranguá
- c) 1(um) Associação dos Aqüicultores e Piscicultores de Turvo e Região / AAQUATUR – 91.Turvo
- d) 1(um) Associação Empresarial do Vale do Araranguá - ACIVA - Araranguá
- e) 1(um) Associação Comercial e Industrial de Criciúma – ACIC - Criciúma
- f) 1(um) Associação de Drenagem e Irrigação Santo Izidoro / ADISI - Nova Veneza
- g) 1(um) Cooperativa de Produção Agropecuária / COPERSULCA - Turvo
- h) 1(um) Sindicato das Indústrias de Extração de Carvão do Estado de SC – SIECESC – 97.Criciúma
- i) 1(um) Sindicato das Indústrias Cerâmicas - SINDICERAM - Criciúma
- j) 1(um) Sindicato dos Distribuidores de Petróleo - SINDIPETRO - Araranguá
- l) 1(um) Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA - Araranguá
- m) 1(um) Sindicato dos Hotéis, Restaurantes e Similares – SHRS - Criciúma
- n) 1(um) Sindicato do Vestuário - SINDIVEST- Criciúma
- o) 1(um) Colônia de Pescadores CP-Z16 - Araranguá
- p) 1(um) Cooperativa Turvense de Irrigação / COTIL - Turvo
- q) 1(um) Sindicato da Indústria de Carne e Beneficiamento de Cereais de Nova Veneza 106.- Nova Veneza
- r) 1(um) Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR - Meleiro
- s) 1(um) Sindicato dos Produtores Rurais - SPR - Meleiro

SOCIEDADE CIVIL

- a) 1(um) ONG Sócios da Natureza – ONGSN - Araranguá

- b) 1(um)Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC - Criciúma
- c) 1(um)Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC / Araranguá
- d) 1(um)Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC / Criciúma
- e) 1(um)Central Única dos Trabalhadores - Regional Sul - CUT / Criciúma
- f) 1(um) Conselho Municipal de Agricultura do Município de Turvo
- g) 1(um) Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Siderópolis
- h) 1(um) Sindicato dos Trabalhadores em Extração do Carvão – STEC - Criciúma
- i) 1(um) Coordenadoria da Defesa Civil - COMDEC - Araranguá
- j) 1(um) Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTE / Araranguá.
- l) 1(um) Ordem dos Advogados do Brasil – OAB - 7ª subseção / Criciúma
- m) 1(um) Associação dos Arquitetos e Engenheiros do Extremo Sul Catarinense – 122.AESC
- n) 1(um) União das Associações de Moradores de Araranguá – UAMA
- o) 1(um) Município de Forquilha - Prefeitura
- p) 1(um) Município de Maracajá - Prefeitura -
- q) 1(um) Município de Araranguá. - Câmara -
- r) 1(um) Município de Criciúma. - Câmara -
- s) 1(um) Clube dos Diretores Lojistas – CDL / Araranguá.

GOVERNO

- a) 1(um) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de S.C – EPAGRI / 131.Regional Araranguá
- b) 1(um) Fundação do Meio Ambiente - FATMA – Regional/Criciúma
- c) 1(um) Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – CPPA/Criciúma
- d) 1(um) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM / 135.Florianópolis
- e) 1(um) Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM/Criciúma
- f) 1(um) Departamento Estadual de Obras Hidráulicas – DEOH / Florianópolis

g) 1(um) Departamento Estadual Estradas e Rodagem – DER/Araranguá

h) 1(um) Secretaria de Estado da Educação - 15^a CRE/Araranguá

i) 1(um) Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – 141.CIDASC – Araranguá

Após foi realizada a votação onde teve aprovação pela maioria absoluta. Terminadas as discussões deu-se por encerrada a reunião as 19:00 horas, sendo que nada mais tendo .a acrescentar, eu Patrice Juliana Barzan, representante do Grupo de Trabalho Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, lavrei a presente ata, cujas assinaturas dos presentes encontram-se registradas no respectivo livro de presenças.